

Açu Petróleo S.A.

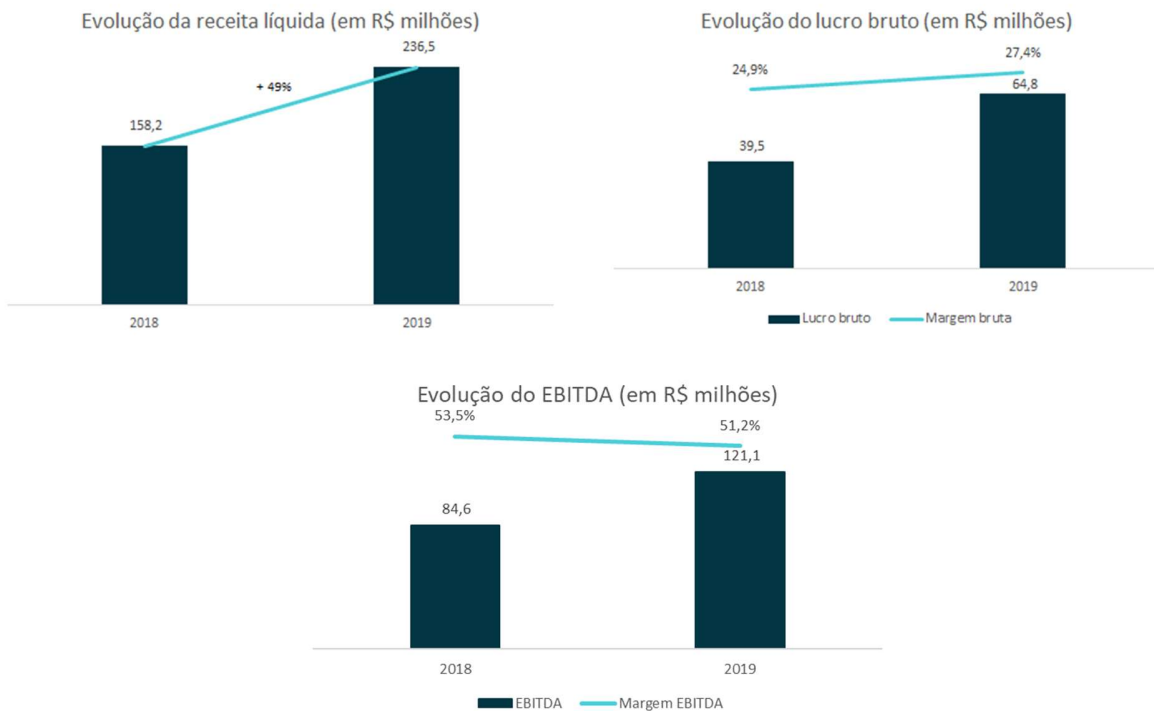
**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018 e
01 de janeiro de 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas das demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

Destaques financeiros



Visão geral

Somos uma parceria entre o grupo brasileiro de infraestrutura e logística, a Prumo, e a operadora de terminais de classe mundial, a Oiltanking, dedicada a fornecer serviços de infraestrutura e logística no Brasil para o setor de petróleo e gás, de maneira segura, eficiente e sustentável. Possuímos e operamos o maior terminal privado de petróleo do Brasil, de acordo com o Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis de 2019 publicado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP em agosto de 2019, tendo uma infraestrutura incomparável para oferecer serviços de logística seguros e eficientes para empresas de petróleo nacionais e internacionais e produtores independentes de petróleo.

Nossas operações consistem na operação do Terminal Petrolífero, fornecendo serviços de transbordo de petróleo bruto. O Terminal Petrolífero está em operação desde 2016 e possui capacidade licenciada para 1,2 milhão de barris de petróleo por dia e capacidade física de até 1,6 milhão de barris de petróleo por dia. Operado por uma equipe experiente e em conformidade com o meio ambiente, é o único terminal de petróleo privado no Brasil com acesso em águas profundas de 25 metros e três berços de última geração que permitem a operação de navios da classe VLCC (*Very Large Crude Carrier*) para transbordo. Além disso,



o Terminal Petrolífero foi projetado para realizar transbordos de petróleo seguros, eficientes e confiáveis, que são menos vulneráveis a riscos ambientais e operacionais em comparação com as operações *offshore* de navio para navio.

O Terminal Petrolífero está localizado no Complexo Portuário do Açu, o maior complexo portuário industrial do Brasil, estrategicamente próximo das bacias de Campos e Santos, as maiores bacias petrolíferas do país. Nossa localização privilegiada nos oferece a vantagem de oferecer serviços de logística de exportação para empresas nacionais e internacionais de petróleo e produtores independentes de petróleo no Brasil, além de uma futura alternativa à entrada de petróleo bruto para refinarias em terra no Brasil. Nossa infra-estrutura de ponta e localização estratégica nos permitem beneficiar do aumento esperado na produção *offshore* brasileira de petróleo e gás, especialmente nos campos de petróleo do pré-sal, e uma maior demanda por serviços de logística de exportação.

O Terminal Petrolífero conta com uma frota de rebocadores dedicada, um canal de aproximação, uma base de emergência e um terminal aduaneiro. Nosso berço tem uma profundidade de 25 metros, permitindo embarcações do tipo VLCC com capacidade de 2.000.000 barris de petróleo bruto e também Suezmax de 1.000.000 barris para fazer uso das instalações do Terminal.

Temos uma base de clientes crescente com a qual celebramos contratos para prestar serviços de "double banking transshipment", incluindo Petrobras, Shell, Petrogal, Equinor, Total e Repsol. O Terminal Petrolífero tem significativa capacidade de transbordo disponível para atender a uma demanda crescente e uma expansão em larga escala da capacidade de armazenamento de petróleo. Além disso, temos capacidade total construída para 1,6 milhão de barris de petróleo por dia, expansível para até 2,0 milhões de barris de petróleo por dia, aumentando a largura do canal de acesso no terminal de petróleo para permitir a navegação em dois sentidos. Planejamos desenvolver nossa capacidade de armazenamento de até 11 milhões de barris em uma grande área industrial privada e licenciada, fornecendo uma infraestrutura essencial na cadeia de suprimentos para produtores de petróleo e refinarias nacionais, ideal para integração estratégica de longo prazo. Temos um projeto para uma conexão de 45 km com a rede nacional de oleodutos em desenvolvimento.

Nossas receitas são geradas principalmente por serviços de transbordo com base em preços determinados que realizamos sob contratos plurianuais ou operações spot com clientes que são grandes empresas nacionais e internacionais de petróleo, e produtores independentes de petróleo. A maioria dos contratos contém acordos baseados em disponibilidade e *take or pay* para um número mínimo de operações de transbordo de petróleo por ano. A disponibilidade estabelecida nos contratos prevê que disponibilizaremos a infraestrutura offshore apropriada do Terminal de Petróleo para os serviços de transbordo de petróleo nos termos do contrato, de forma não exclusiva. O mecanismo *take-or-pay* prevê um número mínimo de operações de transbordo de petróleo por ano, o que garante o recebimento de um número mínimo de taxas de transbordo de petróleo durante o prazo contratual, independentemente da ocorrência real das operações relevantes. Acreditamos que esses contratos nos garantirão um fluxo constante de receita, uma vez que o acordo com base na disponibilidade e *take-or-pay* não estão sujeitos a alterações nos preços das *commodities* ou no volume real de petróleo transbordado. Não assumimos a propriedade de nenhum dos produtos que manipulamos em

nome de nossos clientes e, como resultado, não estamos diretamente expostos a mudanças nos preços das *commodities*.

Resultados financeiros e dados operacionais

Resultados (em R\$ milhões)	2019	2018	Variação
Receita líquida	236,5	158,2	49,5%
Lucro bruto	64,8	39,5	64,1%
Margem bruta	27,4%	24,9%	2,5 p.p.
Despesas e receitas operacionais	21,4	21,0	1,9%
Despesas e receitas operacionais / receita líquida	9,0%	13,2%	-4,2 p.p.
EBITDA	121,1	84,6	43,1%
Margem EBITDA	51,2%	53,5%	-2,3 p.p.

Dados operacionais	2019	2018	Variação
Operações faturadas	107	72	48,6%
Operações realizadas	72	39	84,6%

Receita líquida

A receita líquida de serviços aumentou R\$ 78,3 milhões, ou 49,5%, de R\$ 158,2 milhões em 2018 para R\$ 236,5 milhões em 2019, como resultado de um aumento no número total de operações faturadas de 72 em 2018 para 107 em 2019. O maior volume de operações foi impulsionado por um aumento nas operações do contrato existente da Petrogal e nas operações de dois novos clientes em 2019, Petrobras e Repsol (operação pontual única).

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou R\$ 25,3 milhões, ou 64,1%, de R\$ 39,5 milhões em 2018 para R\$ 64,8 milhões em 2019, principalmente como resultado da geração adicional de margem (2,5 pontos percentuais – de 24,9% em 2018 para 27,4% em 2019) pelo aumento de volume sob o contrato com a Petrogal e pelo contrato da Petrobras firmado em março de 2019.

Despesas e receitas operacionais

As despesas operacionais são compostas por (i) despesas gerais e administrativas e (ii) outras receitas (despesas) operacionais. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 0,4 milhão, ou 1,9%, de R\$ 21,0 milhões em 2018 para R\$ 21,4 milhões em 2019, principalmente por aumentos nos salários e encargos sociais devido a aumentos de funcionários e inflação, compensados por uma redução na depreciação e serviços de terceiros.

EBITDA

EBITDA (em R\$ milhões)	2019	2018
Lucro líquido	(14,6)	(82,0)
(+) Imposto de renda e contribuição social	16,7	62,7
(+) Resultado financeiro	41,3	37,7
(+) Depreciação e amortização	77,7	66,2
(=) EBITDA	121,1	84,6
Margem EBITDA	51,2%	53,5%

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. O EBITDA e a margem não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O EBITDA e a margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados pela Companhia para proporcionar informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e da capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. A Margem EBITDA representa o EBITDA do período dividida pela receita líquida.

O EBITDA aumentou R\$ 36,5 milhões, ou 43,1%, de R\$ 84,6 milhões em 2018 para R\$ 121,1 milhões em 2019, como resultado de um crescimento do lucro bruto de R\$ 25,3 milhões, o qual já foi impactado pelo aumento de R\$ 11,5 milhões na depreciação. Como percentual da receita líquida de serviços, o EBITDA representou 51,2% em 2019, comparado a 53,5% em 2018.

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com o conteúdo das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre estas demonstrações financeiras.

Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento consultar seus auditores independentes, a KPMG Auditores Independentes, no sentido e assegurar-se de que a prestação de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessários ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Na contratação desses serviços as práticas adotadas pela Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Agradecimentos

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A Administração

Disclaimer

Esse documento foi preparado pela Açú Petróleo S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Companhia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Açú Petróleo S.A.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Companhia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Açú Petróleo S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Açú Petróleo S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Açú Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas Explicativas 3(h) e 18 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui na rubrica de receita líquida, o montante de R\$ 236.523 mil, decorrentes da prestação de serviços	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: Efetuamos análise dos contratos de serviços de

<p>de transbordo de carga líquida de petróleo.</p> <p>A Companhia detém contratos que possuem cláusulas de take-or-pay, que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima independentemente de sua realização física, caso o cliente da Companhia não exerça o direito de realizá-las dentro do prazo estabelecido. Estes contratos possuem datas de início e fim que por vezes não coincidem com a data das demonstrações financeiras da Companhia e possuem variação do número mínimo de operações estabelecidas para cada contrato.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, à natureza desses contratos e ao risco de reconhecimento da receita no período inadequado, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>transbordo, onde inspecionamos o objeto dos contratos, cláusulas de termo de duração, cláusulas de preços e ajustes, cláusulas de take or pay, quando aplicável, cláusulas de faturamento e cláusulas de penalidade.</p> <p>Obtivemos 100% das notas fiscais geradas e as documentações suporte relacionadas à prestação de serviço observando se estão em nome da Companhia, confrontando o valor com o saldo registrado na contabilidade e avaliando se foram reconhecidas no período adequado.</p> <p>Inspecionamos saldo em extrato bancário para as receitas reconhecidas no período já recebidas.</p> <p>Cruzamos o número total de operações ocorridas no período com o número de operações acordadas em contrato.</p> <p>Adicionalmente, obtivemos as notas fiscais emitidas no período de 01/01/2020 a 31/01/2020 e inspecionamos a respectiva documentação suporte relacionada à prestação de serviço com o objetivo de avaliar se foram reconhecidas no período adequado.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita de contrato com cliente, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.</p>
---	---

Impostos sobre a renda diferidos	
Veja as Notas Explicativas 3(e) e 9 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui impostos sobre a renda diferidos relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.</p> <p>A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros é baseada em projeção de receita, custos e</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, da natureza das diferenças temporárias, bem como a razoabilidade da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social.</p> <p>Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e metodologias utilizadas na preparação da projeção dos lucros tributáveis futuros, bem como as premissas como o</p>

<p>resultado financeiro com base no ambiente econômico e operacional da Companhia.</p> <p>Devido às incertezas inerentes ao negócio que podem impactar as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de realização desses impostos sobre a renda diferidos e o fato de a Companhia exercer um julgamento significativo que pode impactar o valor desses impostos sobre a renda diferidos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras.</p>	<p>crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas, bem como avaliamos a análise de sensibilidade na projeção de receita e dos custos, comparando-os com o resultado esperado de lucro tributável futuro.</p> <p>Conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as informações contábeis, relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os saldos dos impostos sobre a renda diferidos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.</p>
--	---

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 01 de abril de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Açu Petróleo S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que agora estão sendo reapresentados. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.b, estas demonstrações financeiras foram modificadas e estão sendo reapresentadas para refletir as alterações no cálculo da depreciação de máquinas e equipamentos, como descrito na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP – 014428/O-6 F -RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira

Contador CRC RJ – 095335/O-0

Açu Petróleo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e 1º de janeiro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reapresentado 31/12/2019	Reapresentado 31/12/2018	Reapresentado 01/01/2018
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.427	53.218	14.083
Títulos e valores mobiliários	5	68.912	-	896
Clientes	7	42.819	34.539	4.155
Contas a receber com partes relacionadas	10	-	15.118	17.543
Impostos a recuperar	8	19.921	36.696	10.947
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	11	3.259	5.372
Despesas antecipadas		2.670	1.251	735
Outros ativos circulantes		375	97	27
		<u>140.135</u>	<u>144.178</u>	<u>53.758</u>
Não circulante				
Clientes	7	570	-	-
Impostos diferidos		-	-	49.947
Outros ativos não circulantes		334	143	143
Depósitos vinculados	6	46.616	43.211	23.192
Imobilizado	11	1.400.140	1.403.357	1.290.171
Direto de uso de arrendamento	2.g	1.666	-	-
Intangível	12	51.289	51.237	45.489
		<u>1.500.615</u>	<u>1.497.948</u>	<u>1.408.942</u>
Total de ativos		<u>1.640.750</u>	<u>1.642.126</u>	<u>1.462.700</u>
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	13	11.382	5.767	18.958
Empréstimos e financiamentos	14	35.217	31.736	15.792
Salários e encargos recolher		5.681	3.639	1.437
Contas a pagar com partes relacionadas	10	14.234	10.041	15.461
Impostos e contribuições a recolher	15	1.934	1.432	570
Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	679	-	-
Passivo de arrendamento	2.f	308	-	-
Outros passivos circulantes		176	176	176
		<u>69.611</u>	<u>52.791</u>	<u>52.394</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	14	354.509	367.434	215.366
Impostos diferidos	9	23.423	11.071	-
Passivo de arrendamento	2.f	1.625	-	-
		<u>379.557</u>	<u>378.505</u>	<u>215.366</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	17	199.262	249.262	349.262
Reserva de capital		929.451	929.451	929.451
Reserva de lucros		-	4.153	80.774
Prejuízos acumulados		(10.463)	-	-
Ajuste acumulado de conversão		73.332	27.964	(164.547)
		<u>1.191.582</u>	<u>1.210.830</u>	<u>1.194.940</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.640.750</u>	<u>1.642.126</u>	<u>1.462.700</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018
Receita líquida de serviços	18	236.523	158.236
Custo dos serviços prestados	19	<u>(171.747)</u>	<u>(118.761)</u>
Lucro bruto		<u>64.776</u>	<u>39.475</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(21.805)	(20.914)
Perdas de crédito esperadas		(10)	(33)
Outras receitas/despesas operacionais		<u>426</u>	<u>(9)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		<u>43.387</u>	<u>18.519</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	5.173	5.641
Despesas financeiras	21	<u>(46.485)</u>	<u>(43.385)</u>
		<u>(41.312)</u>	<u>(37.744)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>2.075</u>	<u>(19.225)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(5.993)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>(10.698)</u>	<u>(62.748)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(14.616)</u>	<u>(81.973)</u>
Resultado por ação			
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	22	(0,0547)	(0,3070)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018
Prejuízo do exercício	(14.616)	(81.973)
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Ajuste acumulado de conversão	<u>45.368</u>	<u>192.511</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>30.752</u>	<u>110.538</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2018 (Reapresentado)	349.262	929.451	80.774	-	(164.547)	1.194.940
Prejuízo do exercício (Reapresentado)	-	-	-	(81.973)	-	(81.973)
Redução de capital (nota 17)	(100.000)	-	-	-	-	(100.000)
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	(76.621)	81.973	(5.352)	-
Ajuste acumulado de conversão (Reapresentado)	-	-	-	-	197.863	197.863
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	249.262	929.451	4.153	-	27.964	1.210.830
Prejuízo do exercício (Reapresentado)	-	-	-	(14.616)	-	(14.616)
Redução de capital (nota 17)	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)
Absorção do prejuízo com reservas	-	-	(4.153)	4.153	-	-
Ajuste acumulado de conversão (Reapresentado)	-	-	-	-	45.368	45.368
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	199.262	929.451	-	(10.463)	73.332	1.191.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucros (Prejuízo) antes dos impostos	2.075	(19.225)
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	77.681	66.218
Provisão para juros sobre empréstimos	26.469	19.496
Provisão para perda esperada	10	33
Amortização do custo de transação	1.897	1.861
Variação cambial de empréstimos	(1.208)	(6.610)
Variação cambial	6.981	20.949
	<u>113.905</u>	<u>82.722</u>
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:		
Impostos a recuperar	17.871	13.008
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.308	2.535
Clientes	(7.317)	(28.130)
Contas a receber com partes relacionadas	15.398	18.472
Despesas antecipadas	(1.339)	(368)
Valores a receber de terceiros	(239)	123
Outras contas a receber	(219)	(60)
Fornecedores	5.271	(15.510)
Contas a pagar com partes relacionadas	3.710	(7.613)
Impostos e contribuições a recolher	434	682
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6.228	558
Salários e encargos recolher	1.856	1.742
Outros passivos circulantes	(11)	(28)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5.562)	(417)
	<u>153.294</u>	<u>67.716</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
	<u>153.294</u>	<u>67.716</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(14.805)	(8.145)
Aquisição de intangíveis	(129)	-
Investimento em fundo cambial	(68.912)	-
	<u>(83.846)</u>	<u>(8.145)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		
	<u>(83.846)</u>	<u>(8.145)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Custos de transação com terceiros	-	(609)
Depósitos vinculados	(1.631)	(15.139)
Pagamento de juros de empréstimos	(26.760)	(21.312)
Pagamento principal de empréstimos	(27.788)	(17.936)
Redução de capital	(50.000)	(100.000)
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	130.511
	<u>(106.179)</u>	<u>(24.485)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		
	<u>(106.179)</u>	<u>(24.485)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(36.731)	35.086
No início do exercício	53.218	14.979
No final do exercício	5.427	53.218
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	11.060	(3.153)
	<u>(36.731)</u>	<u>35.086</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Receitas		
Receita de serviços	266.771	178.294
Provisão para perda esperada.	(10)	(33)
	<u>266.761</u>	<u>178.261</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(93.473)	(54.344)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.982)	(7.046)
	<u>(99.455)</u>	<u>(61.390)</u>
Valor adicionado bruto	<u>167.306</u>	<u>116.871</u>
Depreciação e amortização	<u>(77.682)</u>	<u>(66.218)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>89.624</u>	<u>50.653</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.173	5.641
Valor adicionado total a distribuir	94.797	56.294
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal		
Remuneração direta	10.933	8.158
Benefícios	1.140	998
FGTS	313	255
	<u>12.386</u>	<u>9.411</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	49.853	86.150
Estaduais	-	-
Municipais	5.643	3.651
	<u>55.496</u>	<u>89.801</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	40.671	38.439
Aluguéis	556	377
Outras	304	239
	<u>41.531</u>	<u>39.055</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	<u>(14.616)</u>	<u>(81.973)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Açu Petróleo S.A. (“Açu Petróleo” ou “Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller - 116, no Edifício Rio Sul Center, no bairro de Botafogo, tem como objeto social a prestação de serviços de “double-banking *transshipment*”, ou transbordo a contrabordo, que ocorre quando os navios estão atracados em píer, com serviço de logística de transporte de carga líquida. A Açu Petróleo S.A. tem como controladora a Prumo Logística S.A, que possui o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário.

O terminal da Açu Petróleo possui três berços disponíveis ao longo do quebra-mar de 1,4 km *, sendo que dois deles, os berços Norte e Central, com capacidade para receber até navios exportadores tipo VLCC (Very Large Crude Carrier) e o berço Sul, com capacidade para operar até navios Suezmax. O referido terminal (“T-Oil”), está licenciado para a movimentação de até 1,2 milhão de barris * de óleo por dia.

As obras de dragagem foram concluídas no final do ano de 2017, desta forma, a profundidade do canal de acesso e dos berços norte e central do T-Oil aumentaram. A largura do canal também aumentou, permitindo assim a operação de navios tipo VLCC. A primeira operação com um navio tipo VLCC, com dois milhões de barris* de capacidade, foi realizada em maio de 2018.

Destaques do exercício de 2019

No primeiro trimestre, a Companhia assinou um contrato de 2 anos para o fornecimento de serviços de transbordo de petróleo para a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.). No contrato estão previstas 48 operações de 1 milhões de barris*. Em 2019, a petroleira realizou 29 operações no Terminal da Açu Petróleo, sendo 10 transbordos utilizando navios tipo Suezmax e 19 com navios tipo VLCC.

Neste mesmo trimestre, a Companhia assinou um contrato de regime *take-or-pay* de 3 anos com a Equinor Energy do Brasil, com o compromisso de operar 36 milhões de barris* e a possibilidade de 12 milhões de barris* adicionais por ano. O acordo prevê operações com Suezmax e VLCC e se inicia em janeiro de 2020.

No segundo semestre do ano de 2019, o contrato *take-or-pay* com a Petrogal Brasil S.A. foi estendido até 2023 e o volume a ser movimentado pela petroleira foi incrementado. Neste novo acordo, estão previstas mais 85 operações de 1 milhão de barris* a se iniciar em abril de 2020 e com duração de 3 anos. Como este novo acordo se iniciava somente em 2020 e o número de operações do contrato existente já estava se esgotando, foi necessário um aditivo complementar para o período de 2019, que previa pelo menos 6 operações. Em 2019, a Petrogal realizou 27 operações, sendo 26 do contrato de três anos e 1 do aditivo complementar. Desde o início das suas operações de transbordo no Terminal da Açu Petróleo, a Petrogal carregou 20 navios do tipo VLCC e 10 do tipo Suezmax. No total, foram aproximadamente 50 milhões de barris*

* Informação não auditada.

movimentados. E, ainda no fim do ano de 2019, foi assinado um contrato para uma única operação spot com a Repsol Sinopec Brasil S.A., que foi realizada no mês de outubro.

A Companhia possui uma linha de crédito de US\$350 milhões da *U.S. International Development Finance Corporation* (DFC), antes nomeada como Overseas Private Investment Corporation (“OPIC”), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Desse montante, a Açu Petróleo sacou a quantia de US\$115 milhões até outubro de 2018.

2 Base de preparação e apresentação da demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

Essas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em 31 de agosto de 2020. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota 2.f.

b. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente emitidas em 1º de abril de 2020, estão sendo reapresentadas para refletir requerimentos de divulgações obrigatórios apenas para companhias abertas, como a apresentação da demonstração do valor adicionado, o cálculo do resultado por ação, a apresentação de análise de sensibilidade de instrumentos financeiros e complementos em outras notas explicativas. Adicionalmente, a Companhia identificou que a depreciação de máquinas e equipamentos foi calculada a maior desde março de 2017 para fins contábeis e, desta forma, a depreciação acumulada e a despesa de depreciação, assim como os correspondentes imposto de renda e contribuição social diferidos, estão sendo reapresentados, como correção de erro imaterial, pelos valores corrigidos nos períodos apresentados conforme abaixo:

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	140.135	-	140.135
Ativo não circulante			
Imobilizado	1.362.528	37.612	1.400.140
Outros ativos não circulantes	100.475	-	100.475
	<u>1.463.003</u>	<u>37.612</u>	<u>1.500.615</u>
Total de ativos	<u>1.603.138</u>	<u>37.612</u>	<u>1.640.750</u>
Passivo circulante	69.611	-	69.611
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	10.635	12.788	23.423
Outros passivos não circulantes	356.134	-	356.134
	<u>366.769</u>	<u>12.788</u>	<u>379.557</u>
Patrimônio líquido			
Capital social e reservas	1.128.713	-	1.128.713
Prejuízos acumulados	(32.769)	22.306	(10.463)
Ajuste acumulado de conversão	70.814	2.518	73.332
Total do patrimônio líquido	<u>1.166.758</u>	<u>24.824</u>	<u>1.191.582</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.603.138</u>	<u>37.612</u>	<u>1.640.750</u>
Em 31 de dezembro de 2018	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	144.178	-	144.178
Ativo não circulante			
Imobilizado	1.379.961	23.396	1.403.357
Outros ativos não circulantes	94.591	-	94.591
	<u>1.474.552</u>	<u>23.396</u>	<u>1.497.948</u>
Total de ativos	<u>1.618.730</u>	<u>23.396</u>	<u>1.642.126</u>
Passivo circulante	52.791	-	52.791
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	367.434	-	367.434
Impostos diferidos	3.116	7.955	11.071
	<u>370.550</u>	<u>7.955</u>	<u>378.505</u>
Patrimônio líquido			
Capital social e reservas	1.178.713	-	1.178.713
Prejuízos acumulados/Reserva de lucro	(9.576)	13.729	4.153
Ajuste acumulado de conversão	26.252	1.712	27.964
Total do patrimônio líquido	<u>1.195.389</u>	<u>15.441</u>	<u>1.210.830</u>

Total do passivo e patrimônio líquido	1.618.730	23.396	1.642.126
Em 1o de janeiro de 2018	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	53.758	-	53.758
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	53.034	(3.087)	49.947
Imobilizado	1.281.092	9.079	1.290.171
Outros ativos não circulantes	68.824	-	68.824
	1.402.950	5.992	1.408.942
Total de ativos	1.456.708	5.992	1.462.770
Passivo circulante	52.394	-	52.394
Passivo não circulante	215.366	-	215.366
Patrimônio líquido			
Capital social e reservas	1.278.713	-	1.278.713
Reservas de lucro	74.991	5.783	80.774
Ajuste acumulado de conversão	(164.756)	209	(164.547)
Total do patrimônio líquido	1.188.948	5.992	1.194.940
Total do passivo e patrimônio líquido	1.456.708	5.992	1.462.700

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de serviços	236.523	-	236.523
Custo dos serviços prestados	(184.743)	12.996	(171.747)
Lucro bruto	51.780	12.996	64.776
Despesas operacionais	(21.389)	-	(21.389)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	30.391	12.996	43.387
Resultado financeiro	(41.312)	-	(41.312)
Resultado antes dos impostos	(10.921)	12.996	2.075
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.993)	-	(5.993)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.279)	(4.419)	(10.691)
Prejuízo do exercício	(23.193)	8.577	(14.616)
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	(0,0869)	0,0322	(0,0547)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de serviços	158.236	-	158.236
Custo dos serviços prestados	(130.801)	12.040	(118.761)
Lucro bruto	27.435	12.040	39.475
Despesas operacionais	(20.956)	-	(20.956)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	6.479	12.040	18.519
Resultado financeiro	(37.744)	-	(37.744)
Resultado antes dos impostos	(31.265)	12.040	(19.225)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(58.654)	(4.094)	(62.748)
Prejuízo do exercício	(89.919)	7.946	(81.973)
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	(0,3367)	0,0297	(0,3070)

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(23.193)	8.577	(14.616)
Outros resultados abrangentes			
Ajuste acumulado de conversão	44.562	806	45.368
Total dos resultados abrangentes do exercício	21.369	9.383	30.752
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(89.919)	7.946	(81.973)
Outros resultados abrangentes			
Ajuste acumulado de conversão	191.008	1.503	192.511
Total dos resultados abrangentes do exercício	101.089	9.449	110.538

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(10.921)	12.996	2.075
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	90.677	(12.996)	77.681
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos	(31.265)	12.040	(19.225)
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	78.258	(12.040)	66.218

Esta reapresentação não impactou os valores totais das atividades operacionais, de investimento e de financiamento das demonstrações dos fluxos de caixa.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos títulos e valores mobiliários (vide nota 5), que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do principal ambiente econômico em que ela está inserida e deve ser a moeda que melhor reflete os negócios e operações da Companhia. Com base nessa análise, a Administração concluiu que o dólar americano (“US\$”) é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se nos indicadores primários e secundários previstos no CPC 02 (R2) / IAS 21, norma contábil que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis.

A moeda de apresentação é a moeda em que as demonstrações financeiras são apresentadas e normalmente definida em função de obrigações legais da Companhia. Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do período;
- Contas do resultado e demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal; e
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação

Os ajustes resultantes da conversão acima têm sua contrapartida reconhecida na rubrica específica do patrimônio líquido denominada “ajustes acumulados de conversão”.

Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa na moeda funcional (dólar americano), e convertidos para moeda de apresentação (Real) são demonstrados a seguir:

Balanços patrimoniais

	<u>Reapresentado</u>		<u>Reapresentado</u>	
	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.346	5.427	13.734	53.218
Títulos e valores mobiliários	17.097	68.912	-	-
Clientes	10.623	42.819	8.914	34.539
Impostos a recuperar	4.942	19.921	9.471	36.696
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3	11	841	3.259
Outras contas a receber	-	-	3.902	15.118
Despesas antecipadas	662	2.670	323	1.251
Outros ativos circulantes	94	375	23	97
	<u>34.767</u>	<u>140.135</u>	<u>37.208</u>	<u>144.178</u>
Não circulante				
Depósitos vinculados	11.565	46.616	11.152	43.211
Clientes	142	570	-	-
Outros ativos não circulantes	83	334	38	143
Imobilizado	347.367	1.400.140	362.174	1.403.357
Direto de uso - Arrendamento	413	1.666	-	-
Intangível	12.725	51.289	13.223	51.237
	<u>372.295</u>	<u>1.500.615</u>	<u>386.587</u>	<u>1.497.948</u>
Total de ativos	<u>407.062</u>	<u>1.640.750</u>	<u>423.795</u>	<u>1.642.126</u>
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	2.824	11.382	1.488	5.767
Empréstimos e financiamentos	8.739	35.217	8.190	31.736
Salários e encargos recolher	1.409	5.681	939	3.639
Impostos e contribuições a recolher	480	1.934	370	1.432
Imposto de renda e contribuição social a recolher	169	679	-	-
Outras contas a pagar	3.532	14.234	2.591	10.041
Outros passivos circulantes	44	176	45	176
Passivo de arrendamento	76	308	-	-
	<u>17.273</u>	<u>69.611</u>	<u>13.623</u>	<u>52.791</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	87.950	354.509	94.827	367.434
Impostos diferidos	5.811	23.423	2.857	11.071
Passivo de arrendamento	403	1.625	-	-
	<u>94.164</u>	<u>379.557</u>	<u>97.684</u>	<u>378.505</u>

Patrimônio líquido				
Capital social	52.438	199.262	65.597	249.262
Reserva de capital	245.526	929.451	245.526	929.451
Prejuízos acumulados	(2.339)	(10.463)	1.365	4.153
Ajuste acumulado de conversão	-	73.332	-	27.964
Total do patrimônio líquido	295.625	1.191.582	312.488	1.210.830
	407.062	1.640.750	423.795	1.642.126

Demonstrações dos resultados

	Reapresentado		Reapresentado	
	2019		2018	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Receita líquida de serviços	59.938	236.523	43.284	158.236
Custo dos serviços prestados	(43.523)	(171.747)	(32.486)	(118.761)
Lucro bruto	16.415	64.776	10.798	39.475
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(5.526)	(21.805)	(5.721)	(20.914)
Perdas de crédito esperadas	(2)	(10)	(9)	(33)
Outras receitas/despesas operacionais	107	426	(3)	(9)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	10.994	43.387	5.065	18.519
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	1.311	5.173	1.543	5.641
Despesas financeiras	(11.780)	(46.485)	(11.867)	(43.385)
Resultado antes dos impostos	525	2.075	(5.259)	(19.225)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.518)	(5.993)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.711)	(10.698)	(17.164)	(62.748)
Prejuízo do exercício	(3.704)	(14.616)	(22.423)	(81.973)
Resultado por ação				
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	(0,0139)	(0,0547)	(0,0840)	(0,3070)

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Reapresentado		Reapresentado	
	2019		2018	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	525	2.075	(5.259)	(19.225)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	19.686	77.681	18.114	66.218
Provisão de juros sobre empréstimos	6.708	26.469	5.333	19.496
Provisão para perda esperada	2	10	9	33
Amortização do custo de transação	481	1.897	509	1.861
Variação cambial sobre empréstimos	(306)	(1.208)	(1.808)	(6.610)
Variação cambial	1.769	6.981	5.391	20.949
	28.865	113.905	22.289	82.722
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Impostos a recuperar	4.529	17.871	3.558	13.008
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	838	3.308	693	2.535
Clientes	(1.853)	(7.317)	(7.695)	(28.130)

Contas a receber com partes relacionadas	3.902	15.398	5.052	18.472
Despesas antecipadas	(339)	(1.339)	(101)	(368)
Valores a receber de terceiros	(60)	(239)	34	123
Outras contas a receber	(55)	(219)	(16)	(60)
Fornecedores	1.336	5.271	(4.243)	(15.510)
Contas a pagar com partes relacionadas	939	3.710	(2.082)	(7.613)
Impostos e contribuições a recolher	110	434	187	682
Imposto de renda e contribuição social a recolher	169	666	39	141
Salários e encargos recolher	470	1.856	477	1.742
Outros passivos circulantes	(2)	(11)	(9)	(28)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>38.849</u>	<u>153.294</u>	<u>18.183</u>	<u>67.716</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(3.409)	(14.805)	(2.228)	(8.145)
Aquisição de intangíveis	(32)	(129)	-	-
Investimento em fundo cambial	(17.097)	(68.912)	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(20.538)</u>	<u>(83.846)</u>	<u>(2.228)</u>	<u>(8.145)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Custos de transação com terceiros	-	-	(165)	(609)
Depósitos vinculados	(413)	(1.631)	(4.141)	(15.139)
Pagamento de juros de empréstimos	(6.781)	(26.760)	(5.830)	(21.312)
Pagamento principal de empréstimos	(7.042)	(27.788)	(4.906)	(17.936)
Redução de capital	(13.159)	(50.000)	(26.316)	(100.000)
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	35.000	130.511
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(27.395)</u>	<u>(106.179)</u>	<u>(6.358)</u>	<u>(24.485)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.084)</u>	<u>(36.731)</u>	<u>9.597</u>	<u>35.086</u>
No início do exercício	13.734	53.218	4.528	14.979
No final do exercício	1.346	5.427	13.734	53.218
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	3.304	11.060	391	(3.153)
	<u>(9.084)</u>	<u>(36.731)</u>	<u>9.597</u>	<u>35.086</u>

e. Uso de julgamentos e estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. A Companhia realiza revisão de suas premissas ao menos anualmente. As revisões são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionados a julgamentos e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas 9 e 15 – reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota 12 – definição da vida útil dos ativos intangíveis e avaliação da recuperabilidade dos ativos;

Nota 16 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências;

As informações sobre os julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, referem-se

principalmente à julgamentos realizados para a definição do dólar norte-americano como moeda funcional, em consonância com o CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Quando os indicadores para a determinação da moeda funcional não é um processo tão óbvio, a administração deve se valer de julgamento para determinar a moeda funcional que representa com maior fidedignidade os efeitos econômicos das transações, eventos e condições subjacentes. Para a realização deste julgamento, a administração considera as seguintes características:

- A moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços da Companhia é o dólar norte-americano. A Companhia entende que parte substancial das transações de sua operação tem como base os preços definidos em dólar americano, ainda que sejam contratos com clientes e fornecedores domésticos. Com exceção do contrato com a Petrobras, todos os demais contratos da companhia são referenciados em dólar norte americano, à exemplo dos contratos de “Take-or-Pay” mencionados na nota 24.
- A moeda que mais influencia os custos para o fornecimento de bens ou serviços é o dólar norte-americano, considerando que a Companhia possui custos diretamente ligados a operação denominados em dólar, à exemplo das tarifas portuárias e custos com o operador portuário Oiltanking Serviços Ltda. (vide nota 10).
- Os financiamentos obtidos junto à U.S. International Development Finance Corporation (DFC), agência financeira norte americana de desenvolvimento, são denominados em dólar e representam a totalidade dos empréstimos obtidos, que são recursos utilizados para financiamento da operação da Companhia.

Com base nas definições supracitadas e nas características apresentadas, a Companhia entende ser adequada a definição do dólar norte-americano como moeda funcional.

f. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) /IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo, além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) /IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas. Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento, conforme a Nota 3.i.

CPC 06(R2) /IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia adotou o CPC 06(R2) /IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, não reapresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicou os seguintes expedientes:

- Aplicou o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, conforme a Nota 3.i;

- O passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontados utilizados a taxa incremental na data da aplicação inicial; e
- O ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

Na transição para o CPC 06(R2) /IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) /IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) /IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, conforme divulgado na nota 3.i, e de acordo com o CPC 06(R1) /IAS 17, em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor;
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

Os valores de arrendamentos referente aos expedientes práticos supracitados estão divulgados nas notas explicativas 19 e 20.

Em setembro de 2019, a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso referente a sede da Companhia localizada na cidade do Rio de Janeiro. O contrato de arrendamento classificado de acordo com o CPC 06(R2) /IFRS 16 teve seu início no final do ano de 2019, reconhecidos conforme demonstra a tabela abaixo:

	Saldo de abertura em 01/01/2019	Adição em 2019	Saldo final em 31/12/2019
<i>Ativo não circulante</i>			
Direito de uso de arrendamento	-	1.785	1.785
Amortização	-	(119)	(119)
Total do ativo circulante	-	1.666	1.666
<i>Passivo circulante</i>			
Arrendamentos a pagar	-	485	485
(-) Encargos financeiros a transcorrer	-	(177)	(177)
Total do passivo circulante	-	308	308
<i>Passivo não circulante</i>			
Arrendamentos a pagar	-	1.951	1.951

(-) Encargos financeiros a transcorrer	-	(326)	(326)
Total do passivo não circulante	-	1.625	1.625
Itens do resultado			
Amortização	-	(119)	(119)
Juros sobre contratos de arrendamento	-	(63)	(63)
Total no resultado	-	(182)	(182)

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

O ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não sendo provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto adotado, tal incerteza deve ser refletida na contabilização do tributo sobre o lucro no período.

A Administração não identificou impactos na Companhia referente a adoção do ICPC 22/IFRIC 23.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário (veja também a nota 2.f).

a. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança do modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui instrumentos que se qualifiquem como mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA).

Todos os demais ativos financeiros, não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivo assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AAA e AA+, baseado nas principais agências de *rating*, sendo elas S&P, Moodys e Fitch. A Companhia também possui fundos de investimento em renda fixa. Estes ativos financeiros possuem liquidez imediata e são apresentados no ativo circulante.

O *impairment* estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimentos das exposições de risco. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de créditos externos das contrapartes. A Companhia não possui provisão para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2018).

Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se exclusivamente ao investimento em fundo cambial, realizado para proteger o caixa mantido em reais das oscilações de câmbio do dólar americano, pois a Açu Petróleo adota o dólar americano como moeda funcional.

Depósitos vinculados

São recursos mantidos em dólares americanos em contas no exterior, servindo como garantias exigidas pelo acordo de financiamento de longo prazo com a *U.S. International Development Finance Corporation* (DFC), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Por possuírem pouca liquidez, estes depósitos não são classificados como equivalentes de caixa e, com base em sua expectativa de realização, são apresentados no ativo não circulante.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. A Companhia usou uma abordagem similar à utilizada para caixa e equivalente de caixa na avaliação da perda de crédito esperada.

Clientes

As taxas de perda são baseadas nas experiências reais de perda de crédito verificadas nos últimos anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as

condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

b. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, conforme mencionado na Nota 11.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As taxas de depreciação também podem ser observadas na nota explicativa Nº 11.

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis desde a fase de construção e instalação até o início de operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

c. Intangível

Ativos intangíveis compreendem os direitos de acesso, conforme mencionado na Nota 12, e que têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

O valor amortizável do ativo intangível com vida útil definida é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. As taxas de amortização dos ativos mencionados, podem ser observados, também na respectiva nota explicativa 12.

O direito de acesso refere-se ao contrato firmado com as partes relacionadas Porto do Açu e Ferroport denominado Port Access Agreement, aditado em abril de 2013. Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Açu Petróleo. O

contrato tem como objeto principal a concessão, pela Ferroport, do direito de acesso às instalações portuárias do T1 à Companhia, seus representantes e clientes.

d. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Como a operação atual da Companhia se refere à operação de um único terminal portuário, para fins da avaliação da eventual redução ao valor recuperável, os ativos imobilizados são considerados uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras são apurados na moeda funcional (dólar americano) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira local (real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor do resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos

reconhecido em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Moeda estrangeira

Moeda estrangeira é qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia e transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela taxa da transação ou pela taxa média mensal.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos utilizando a taxa de conversão na data da transação.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas a cada data de reporte.

h. Receita de transbordo de petróleo

A Companhia avaliou os seus contratos com clientes e verificou as obrigações de performance e o preço da transação para cada obrigação de performance. O termo “obrigação de performance”, no que se refere à norma contábil, diz respeito à obrigação da companhia desempenhar a sua obrigação de repassar o controle do bem ou serviço ao cliente.

Os contratos da companhia, com exceção da Petrobras, possuem cláusulas de *take-or-pay*, com variação do número de operações para cada contrato. As cláusulas de *take-or-pay* são mecanismos contratuais que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima de operações *double banking*, independentemente de sua realização física, caso o cliente não exerça o direito de realiza-las dentro do prazo estabelecido.

Para estes casos, a Companhia reconhece as receitas de *breakage* (quebra) quando a probabilidade de o cliente exercer seus direitos é remota e para as operações *double banking* físicas, as obrigações de *performance* são consideradas atendidas no momento da desconexão dos mangotes, ao final de cada operação, conforme previsão contratual. Desse modo, após satisfeitas as condições precedentes desta obrigação de *performance*, as receitas são reconhecidas de acordo com o preço identificado para cada contrato, ou seja, à medida que cada operação é realizada.

Adicionalmente, em atendimento ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, a

Companhia divulga, separadamente, os valores referentes às perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) sobre quaisquer recebíveis ou ativos de contrato provenientes de contratos da entidade com clientes, para os quais a entidade deve divulgar separadamente das perdas por redução ao valor recuperável de outros contratos.

i. Arrendamentos

Em setembro de 2019, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 1.785 nos saldos de ativo de imobilizado e passivo de arrendamento devido ao início do contrato de aluguel da sala comercial da Companhia; em virtude de a mensuração do ativo de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento. O ativo subjacente do direito de uso apresentado no ativo imobilizado representa o escritório utilizado pela matriz da Companhia. Adicionalmente, os ativos e passivos de arrendamento estão sendo apresentados em linha própria nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como a taxa de desconto a ser utilizada para o restante do prazo do arrendamento não pôde ser determinada imediatamente através da taxa de juros implícita no arrendamento, a companhia utilizou a taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que foi de 10,33% ao ano.

Para os arrendamentos em que a Companhia é arrendatária, os ativos de direito de uso são reconhecidos pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental definida pela Companhia na data da aplicação inicial ou por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimento de arrendamento antecipados ou acumulados, conforme a nota 2.f.

j. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é igual ao básico para todos os períodos apresentados, pela inexistência de transações com potenciais efeitos dilutivos.

k. Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional, transbordo de petróleo, que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões pelos principais tomadores de decisão da Açu Petróleo.

l. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras anuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

m. Novas normas e interpretações não efetivas em 2019

Uma série de novas normas já emitidas possuem datas de adoção efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois a adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Alteração ao CPC 26 / IAS 1 e CPC 23 /IAS 8

Altera a definição de “material” de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis.

Esta alteração entrou em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2020, com aplicação prospectiva.

Essa alteração de normas não gerou impactos quando da sua adoção pela Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	2.468	766
Fundos de investimento em renda fixa	2.959	52.457
(-) Perdas de crédito esperadas	-	(5)
	<u>5.427</u>	<u>53.218</u>

O montante de caixa e equivalentes de caixa inclui saldos mantidos em contas correntes, *onshore*, no banco Citibank. Além desses saldos, a Companhia possui recursos aplicados em um Fundo de Investimento em Renda Fixa, junto ao Citibank, que possui liquidez de D+1, e as cotas estão prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A variação referente ao Fundo de Investimento em renda fixa refere-se a retirada de parte dos recursos desta aplicação para aplicação em Fundo cambial, conforme Nota 5.

5 Títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Fundo cambial	68.912	-
	68.912	-

Os títulos são classificados como valor justo por meio de resultado e referem-se exclusivamente ao fundo cambial junto ao BNP. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento de D+1 e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização.

6 Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados da Companhia referem-se a recursos mantidos em dólares norte-americanos em contas *offshore*. Os empréstimos e financiamentos adquiridos com a “US International Development Finance Corporation (DFC)”, de acordo com as condições descritas na nota 14 - item (c), têm como garantia depósitos vinculados, sendo um requisito de reserva relacionada à dívida, e reserva da tarifa portuária. Os saldos desses depósitos, em 31 de dezembro de 2019, podem ser vistos abaixo:

	2019	2018
Depósitos vinculados	46.621	43.215
(-) Perdas de crédito esperadas	(5)	(4)
	46.616	43.211

7 Clientes

	2019	2018
Contas a receber - Serviço de <i>double banking</i>	43.433	34.572
(-) Perda de crédito esperadas	(44)	(33)
	43.389	34.539
Circulante	42.819	34.539
Não Circulante	570	-

As informações sobre a concentração de receita estão demonstradas no item Risco de Crédito na Nota 24.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para recebíveis, separados em seis níveis, de acordo com a data de vencimento desses recebíveis, em 31 de dezembro de 2019:

Nível de Risco	Rating ⁽¹⁾	2019			2018		
		Saldo Bruto	Taxa de perda ⁽¹⁾	Provisão de Perda	Saldo Bruto	Taxa de perda ⁽¹⁾	Provisão de Perda
Nível 1	A vencer	43.433	0,1%	(44)	34.572	0,1%	(33)
Nível 2	Vencido até 30 dias	-	0,6%	-	-	0,6%	-
Nível 3	Vencido de 31 a 90 dias	-	5,3%	-	-	5,3%	-
Nível 4	Vencido de 91 a 180 dias	-	18,6%	-	-	18,6%	-
Nível 5	Vencido de 181 a 360 dias	-	86,8%	-	-	86,8%	-
Nível 6	Vencido há mais de 360 dias	-	100,0%	-	-	100,0%	-
Total		43.433		(44)	34.572		(33)

(1) Rating e Taxa de Perda interna da Companhia

Movimentação de perda de crédito esperadas

	2019	2018
Saldo inicial	(33)	-
Adições	(10)	(33)
Ajuste de conversão	(1)	-
Saldo final	(44)	(33)

8 Impostos a recuperar

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	11	3.259
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	6.559	7.467
Contribuição social retida na fonte ("CSLL")	570	-
Crédito não cumulativo ("PIS")	2.094	5.145
Crédito não cumulativo ("COFINS")	9.482	23.584
Imposto sobre serviços ("ISS")	948	-
Imposto de circulação de mercadorias ("ICMS")	35	35
Outros	233	465
	19.932	39.955

9 Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos diferidos totalizaram saldos passivos de R\$ 23.423 (R\$ 11.071 em 31 de dezembro de 2018).

	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018
Impostos diferidos		
Prejuízos fiscais	16.825	18.701
Base negativa de contribuição social	6.057	6.732
Diferenças temporárias:		
Provisão para participação nos resultados	327	251
Perdas de créditos esperadas	4	15
Variação cambial – regime de caixa (a)	4.916	-
Arrendamentos – CPC 06(R2) /IFRS 16	64	-
Provisão para IPTU	267	-
Total dos ativos fiscais diferidos	28.460	25.699

Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários (b)	(51.883)	(36.770)
Total dos passivos fiscais diferidos	(51.883)	(36.770)
Total dos impostos passivos diferidos, líquidos (c)	(23.423)	(11.071)

- (a) A Companhia passou a adotar a tributação das variações cambiais pelo regime de caixa a partir de 2019.
- (b) De acordo com o CPC 32/IAS 12, diferenças temporárias surgem quando as alterações nas taxas de câmbio causam alterações na base fiscal e não na base contábil. Esta situação geralmente ocorre quando uma entidade tem uma moeda funcional diferente da moeda do país em que está domiciliada. Conforme descrito na Nota 2.d, a moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano, que é diferente da moeda corrente da localidade onde a Açu Petróleo está estabelecida, que é o real.
- (c) Além do efeito no resultado de R\$ 10.698, a variação dos ativos e passivos diferidos sofrem efeito da variação da taxa de câmbio, que são registrados no ajuste acumulado de conversão.

Expectativa de realização das diferenças temporárias ativas e prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários da Companhia é apresentada a seguir:

2020	10.577
2021	13.840
2022	439
2023	474
2024	506
2025 a 2026	1.097
2027 a 2029	1.527
2030 a 2032	632
2033 a 2035	179
Total do benefício tributário	29.271
(-) Parcela não reconhecida	(811)
Diferenças temporárias e prejuízos fiscais reconhecidos	28.460
Diferenças temporárias passivas	(51.883)
Impostos diferidos passivos registrados	(23.423)

10 Partes relacionadas

A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devem monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho de Administração e dos sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho de Administração ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia, como segue:

Valores a receber

Contas a receber com partes relacionadas	2019	2018
Porto do Açu Operações S.A. (a)	-	971
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (b)	-	14.147
	<u>-</u>	<u>15.118</u>

- (a) Entidade controlada pelo menos acionista controlador da Companhia - o montante refere-se a uma parcela do serviço de transbordo a receber da empresa Porto do Açu.
- (b) Entidade controlada em conjunto do acionista controlador da Companhia - o montante refere-se à devolução em 2018 de um pagamento feito a maior, referente ao item quebra-mar do ativo imobilizado, o qual foi integralmente recebido ao longo de 2019.

Valores a pagar

Contas a pagar com partes relacionadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Oiltanking Açu Serviços Ltda (a)	8.476	4.997
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (b)	4.781	2.387
Porto do Açu Operações S.A. (c)	280	2.106
Prumo Logística S.A. (d)	697	551
	<u>14.234</u>	<u>10.041</u>

- (a) Controlada do acionista minoritário da Companhia - o montante refere-se a gastos com operação e manutenção do terminal, e custos referente à despesas com a diretoria de operações.
- (b) Entidade controlada em conjunto do acionista controlador da Companhia - O montante refere-se a despesas com segurança Patrimonial, SSO (Segurança e Saúde Ocupacional) e tarifas portuárias .
- (c) Entidade controlada pelo menos acionista controlador da Companhia - o montante refere-se a custos de serviços compartilhados.
- (d) Acionista controlador - o montante refere-se a custos de serviços compartilhados.

Efeito no resultado

	<u>Receitas</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Porto do Açu Operações S.A. (a)	-	46.849
	<u>Despesas e Custos</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (b)	38.105	17.278
Oiltanking Serviços Ltda.(c)	22.787	18.943
Prumo Logística S.A. / Porto do Açu Operações S.A. (d)	600	1.924
	<u>61.492</u>	<u>38.145</u>

- (a) O montante refere-se a uma parcela do serviço de transbordo a receber da empresa Porto do Açu.
- (b) O montante refere-se a despesas com segurança Patrimonial e SSO (Segurança e Saúde Ocupacional) e tarifas portuárias.
- (c) O montante refere-se a gastos com operação e manutenção do terminal.
- (d) O montante refere-se a custos de serviços compartilhados.

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2019	2018
Diretores		
Pró-labore/Salários	2.649	2.393
Bônus	3.362	1.757
Benefícios e encargos	569	398
	<u>6.580</u>	<u>4.548</u>

Contrato de Alocação de Ativos

O Contrato de Alocação de Ativos, originalmente datado de 15 de julho de 2011, aditado e atualizado periodicamente pela Anglo Brasil, pela Açu Petróleo e pelo Operador Portuário (Ferroport) e por outras partes, prevê a transferência de titularidade e propriedade do Operador Portuário para a Anglo Brazil de certos ativos, incluindo materiais e equipamentos, e, enquanto o ativo pertencer a Anglo Brazil, a companhia concederá ao Operador Portuário o direito de operar e manter os ativos. Além disso, o Contrato de Alocação de Ativos rege a propriedade das Instalações Compartilhadas (cavalete de acesso, píer de minério de ferro, quebra-mar, canal de acesso, bacia de torneamento e área de atracação), que são de propriedade conjunta (condomínio para o indiviso) do Açu Petróleo, Operador Portuário e Anglo Brasil devido aos acordos de financiamento estabelecidos no contrato.

A Companhia poderá movimentar, nas instalações portuárias, cargas que estejam previstas em sua autorização obtida perante ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, excluído o minério de ferro. Em contraprestação ao direito de acesso e utilização das instalações portuárias, como canal de acesso e quebra-mar, a Companhia deverá pagar à Ferroport uma tarifa mensal.

Pagamento baseado em ações da controladora

Com o fechamento do capital em 2018 da Prumo Logística S.A., acionista controladora da Companhia, o plano de pagamento baseado em ações foi substituído no segundo trimestre de 2019, oferecendo os direitos de valorização de ações, com liquidação em caixa, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Prumo. Para a Companhia, o plano mencionado é aplicável apenas à um executivo da Companhia. Neste plano de remuneração com base em ações liquidáveis em caixa (“*Phantom Options*”) para retenção dos executivos, pagável em caso de ocorrência de evento de liquidez, a Companhia recebe os serviços como contraprestações dos direitos outorgados. As condições de aquisição dos direitos de valorização de ações incluem o transcurso de um período de 5 anos para atingir 100% dos direitos e em 31 de dezembro de 2019 havia apenas 20% do *vesting*. Não houve exercício dos direitos durante o período.

A Companhia levou em consideração os termos e condições do plano, que exigem retornos esperados em caixa, para calcular o valor justo desses direitos e concluiu que não há efeitos relevantes a serem registrados nas suas demonstrações financeiras.

11 Imobilizado

A composição do imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Custo	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
			Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2019	Líquido 31/12/2018
Quebra Mar - T1	1,67	420.682	(28.049)	392.633	385.486
Pier - T1	1,67	219.474	(16.558)	202.916	199.783
Canal - T1	6,67	584.586	(66.195)	518.391	531.245
Benfeitorias	4	923	(20)	903	364
Instalações	10	762	(246)	516	581
Móveis e utensílios	10	883	(153)	730	678
Equipamentos de informática	20	4.325	(2.769)	1.556	2.263
Máquinas e equipamentos	10	244.125	(84.084)	160.041	176.873
Terrenos		93.429	-	93.429	89.818
		1.569.189	(198.074)	1.371.115	1.387.091
Adiantamentos para formação de imobilizado		633	-	633	2.081
Obras em andamento e equipamentos em construção		28.392	-	28.392	14.185
		29.025	-	29.025	2.081
		1.598.214	(198.074)	1.400.140	1.403.357

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Custo	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
			Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Quebra Mar - T1	1,67	404.410	(18.924)	385.486	347.049
Pier - T1	1,67	210.985	(11.202)	199.783	204.253
Canal - T1	6,67	560.890	(29.645)	531.245	4.631
Benfeitorias	4	496	(132)	364	281
Instalações	10	732	(151)	581	486
Móveis e utensílios	10	771	(93)	678	464
Equipamentos de informática	20	4.018	(1.755)	2.263	2.371
Máquinas e equipamentos	10	231.277	(54.404)	176.873	168.557
Terrenos		89.818	-	89.818	76.650
		1.503.397	(116.306)	1.387.091	804.742
Adiantamentos para formação de imobilizado		2.081	-	2.081	4.304
Obras em andamento e equipamentos em construção		14.185	-	14.185	481.125
		16.266	-	16.266	485.429
		1.519.663	(116.306)	1.403.357	1.290.171

Todos os ativos imobilizados da Companhia estão localizados no Brasil.

Movimentação de custo

	2018	Movimentação				2019
	Custo	Adições	Baixa	Transferências	Ajuste de conversão	Custo
Quebra Mar - T1	404.410	-	-	-	16.272	420.682
Pier - Terminal portuário - T1	210.985	-	-	-	8.489	219.474
Canal T1	560.890	-	-	1.101	22.595	584.586
Benfeitoria	496	844	(424)	-	7	923
Instalações	732	-	-	-	30	762
Móveis e utensílios	771	251	-	-	(139)	883
Equipamentos de informática	4.018	143	-	4	160	4.325
Máquinas e equipamentos	231.277	3.384	(585)	810	9.239	244.125
Terrenos	89.818	-	-	-	3.611	93.429
	1.503.397	4.622	(1.009)	1.915	60.264	1.569.189
Adiantamentos para formação de imobilizado	2.081	-	(1.727)	800	(521)	633
Obras em andamento e equipamentos em construção	14.185	15.500	-	(2.715)	1.422	28.392
	16.266	15.500	(1.727)	(1.915)	901	29.025
	1.519.663	20.122	(2.736)	-	61.165	1.598.214

	2017	Movimentação				2018
	Custo	Adições	Baixa	Transferências (*)	Ajuste de conversão	Custo
Quebra Mar - T1	356.579	-	-	(14.147)	61.978	404.410
Pier - Terminal portuário - T1	210.108	-	-	(4.289)	5.166	210.985
Canal T1	5.478	166	-	434.578	120.668	560.890
Benfeitoria	281	155	-	-	60	496
Instalações	546	86	-	-	100	732
Móveis e utensílios	500	174	-	-	97	771
Equipamentos de informática	3.139	313	-	-	566	4.018
Máquinas e equipamentos	192.588	3.601	-	1.443	33.645	231.277
Terrenos	76.650	-	-	-	13.168	89.818
	845.869	4.495	-	417.585	235.448	1.503.397
Adiantamentos para formação de imobilizado	4.304	-	-	(2.323)	100	2.081
Obras em andamento e equipamentos em construção	481.125	3.478	-	(466.135)	(4.283)	14.185
	485.429	3.478	-	(468.458)	(4.183)	16.266
	1.331.298	7.973	-	(50.873)	231.265	1.519.663

(*) Do total de R\$ 50.873, R\$ 36.726 refere-se a crédito de PIS/COFINS reembolsados pela Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. e R\$ 14.147 devolvido devido repasse referente ao ativo Quebra-Mar T1.

Movimentação da depreciação acumulada

	Reapresentado Depreciação 31/12/2018	Reapresentado			Reapresentado Ajuste de conversão	Reapresentado Depreciação 31/12/2019
		Adições	Baixas	Transferências		
Quebra Mar - T1	(18.924)	(6.835)	-	-	(2.290)	(28.049)
Pier - Terminal portuário - T1	(11.202)	(4.007)	-	-	(1.349)	(16.558)
Canal - T1	(29.645)	(28.899)	-	-	(7.651)	(66.195)
Benfeitorias	(132)	(165)	300	-	(23)	(20)
Instalações	(151)	(72)	-	-	(23)	(246)
Móveis e utensílios	(93)	(49)	-	-	(11)	(153)
Equipamentos de informática	(1.755)	(776)	-	-	(238)	(2.769)
Máquinas e equipamentos	(54.404)	(9.628)	187	211	(20.450)	(84.084)
	(116.306)	(50.431)	487	211	(32.035)	(198.074)

	Reapresentado Depreciação 31/12/2017	Reapresentado Adições	Baixas	Reapresentado Ajuste de conversão	Reapresentado Depreciação 31/12/2018
Quebra Mar - T1	(9.530)	(6.494)	-	(2.900)	(18.924)
Pier - Terminal portuário - T1	(5.855)	(3.762)	-	(1.585)	(11.202)
Canal - T1	(847)	(24.084)	-	(4.714)	(29.645)
Benfeitorias	-	(130)	-	(2)	(132)
Instalações	(60)	(70)	-	(21)	(151)
Móveis e utensílios	(36)	(41)	-	(16)	(93)
Equipamentos de informática	(768)	(729)	-	(258)	(1.755)
Máquinas e equipamentos	(24.031)	(10.345)	-	(20.028)	(54.404)
	(41.127)	(45.655)	-	(29.524)	(116.306)

Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do ativo imobilizado.

12 Intangível

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo 31/12/2018	Adições	Ajuste de conversão	Saldo 31/12/2019
<u>Custo</u>					
Direito de acesso	3,54	56.040	-	2.255	58.295
Licença de software	20	1.267	129	51	1.447
Outros		44	-	-	44
		57.350	129	2.307	59.786
<u>Amortização acumulada</u>					
Direito de acesso		(5.921)	(2.052)	(237)	(8.210)
Licença de software		(193)	(85)	(9)	(287)
		(6.114)	(2.137)	(246)	(8.497)
		51.236	(2.008)	2.061	51.289
	Taxa anual de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Adições	Ajuste de conversão	Saldo 31/12/2018
<u>Custo</u>					
Direito de acesso	3,54	47.844	-	8.196	56.040
Licença de software	20	1.082	9	176	1.267
Outros		37	-	7	44
		48.962	9	8.379	57.350
<u>Amortização acumulada</u>					
Direito de acesso		(3.370)	(2.060)	(491)	(5.921)
Licença de software		(103)	(71)	(19)	(193)
		(3.473)	(2.131)	(510)	(6.114)
		45.489	(2.122)	7.869	51.236

Direito de acesso

O ativo intangível que compreende o “direito de acesso”, conforme mencionado na Nota 3.c, possui vida útil definida de 27 anos e é mensurado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A amortização desse intangível teve início em outubro de 2014 com a operação do terminal T1. Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Açu Petróleo.

Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do intangível.

13 Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores de R\$ 11.382 (R\$ 5.767 em 31 de dezembro de 2018) representa as obrigações da Companhia decorrentes das compras de produtos e serviços necessários para o desenvolvimento das atividades da Companhia. Deste modo, esta rubrica contém as obrigações provenientes de serviços, materiais e equipamentos operacionais e administrativos.

14 Empréstimos e financiamentos

	2019				2018	
	Vencimento	Moeda e taxas	Principal	Juros e atualização monetária	Total	Total
DFC	30/10/2035	Dólar + 6,17% a.a.	287.320	2.953	290.273	297.704
DFC	30/10/2035	Dólar + 6,46% a.a.	128.055	1.377	129.432	133.338
(-) Custo de transação			(29.979)	-	(29.979)	(31.872)
			<u>385.396</u>	<u>4.330</u>	<u>389.726</u>	<u>399.170</u>
Circulante					35.217	31.736
Não circulante					354.509	367.434

Em maio de 2017, a Açu Petróleo obteve financiamento no valor de US\$80 milhões junto à U.S. International Development Finance Corporation (DFC), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Em maio de 2018, a Companhia obteve mais US\$35 milhões de financiamento (equivalente a R\$ 130 milhões), totalizando US\$ 115 milhões de liberação, de uma linha de crédito no valor total de até US\$350 milhões, conforme descrito na Nota 1.

O financiamento vencerá em outubro de 2035, com taxa de juros de 6,17% ao ano para o primeiro tranche (US\$80 milhões) e 6,46% ao ano para o segundo tranche (US\$35 milhões), conforme evidenciado na tabela anterior. A dívida é em dólar e possui um cronograma de amortização do principal e de pagamento de juros em parcelas semestrais.

Adicionalmente, a administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos, sobre empréstimos e financiamentos é nos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado à obtenção de recursos com o objetivo de equilibrar a estrutura de capital da Companhia.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Empréstimos e financiamentos:

Movimentação do ano	Saldo inicial	Fluxo de caixa			Transferências		Efeito não caixa				Saldo final
		Captação / (Liquidação)	Juros pagos	Adição de custos de transação	Juros capitalizados	Outros	Juros	Variação cambial	Ajuste de conversão	Amortização de custos de transação	
2019	399.170	(27.788)	(26.760)	-	-	-	26.469	1.208	15.530	1.897	389.726
2018	231.158	112.575	(21.312)	(609)	3.188	2.197	19.496	6.610	44.006	1.861	399.170

Depósitos vinculados a financiamentos:

Movimentação do ano	Saldo inicial	Fluxo de caixa			Saldo final
		Aporte	Ajuste de conversão		
2019	43.211	1.631	1.774	46.616	
2018	23.192	15.139	4.880	43.211	

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor da U.S. International Development Finance Corporation (DFC), com relação ao empréstimo são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Açu Petróleo; (ii) Alienação Fiduciária dos Ativos pertencentes à Açu Petróleo; (iii) Alienação Fiduciária das contas reservas, (iv) Alienação Fiduciária dos contratos de “Offtake” relevantes da Açu Petróleo e (v) uma hipoteca sobre o imóvel de propriedade da Companhia localizado no Porto do Açu. Maiores informações sobre os depósitos vinculados aos empréstimos, podem ser observados na Nota 6.

Cláusulas restritivas (Covenants)

O financiamento da DFC está sujeito a cláusulas de *covenants* financeiros a partir de 31 de dezembro de 2019, sendo elas:

- b) A relação dívida financeira/patrimônio líquido não superior à 70:30;
- c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (Debit Service Cover Ratio - DSCR) histórico não inferior a 1.15. O DSCR é um indicador de saúde financeira utilizado na companhia para monitorar a capacidade de pagamento de dívidas, e é calculado pela divisão entre a geração de caixa operacional líquida de impostos, ou seja, pelo resultado operacional líquido em face ao total de parcelas a serem amortizadas (total de dívidas correntes); e
- d) Taxa projetada de cobertura do serviço da dívida de pelo menos 1,3 a 1 para (a) desembolso das parcelas 1 e 2, (b) quaisquer reduções de capital, (c) distribuição de dividendos e (d) pagamentos aos acionistas; e requisito de reserva relacionado às contas de reserva de serviço da dívida e à conta de reserva de tarifa portuária.

15 Impostos e contribuições a recolher

	2019	2018
ISS	768	238
ICMS	37	-
IRRF	212	201
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	130	126
PIS/COFINS	-	646
IPTU	787	221
Total dos impostos a recolher - circulante	<u>1.934</u>	<u>1.432</u>
IRPJ/CSLL	679	-
Total do imposto de renda e contribuição social a recolher - circulante	<u>679</u>	<u>-</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Reapresentado 31/12/2019	Reapresentado 31/12/2018
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>2.075</u>	<u>(19.225)</u>
Imposto de renda e contribuição a alíquota nominal	(706)	6.537
Ajustes para derivar a alíquota efetiva:		
Ajustes permanentes à base tributável	(1.563)	(737)
Efeito da moeda funcional sobre o imobilizado	(12.671)	(74.417)
Efeito da moeda funcional sobre o intangível	(675)	(2.921)
Diferenças entre base de apresentação e fiscal	(986)	8.676
Demais adições e exclusões	<u>(90)</u>	<u>114</u>
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(16.691)</u>	<u>(62.748)</u>
Alíquota efetiva	<u>-804%</u>	<u>326%</u>
IR e CSLL corrente	(5.993)	-
IR e CSLL diferido	<u>(10.698)</u>	<u>(62.748)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(16.691)</u>	<u>(62.748)</u>

16 Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões devem ser constituídas para todos os processos judiciais e administrativos para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem um processo tributário envolvendo risco de perda avaliado como possível no montante de R\$ 1.709 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2018). O processo

se refere a compensação de Imposto de Renda e homologação da Declaração de Compensação (DCOMP) do imposto de renda retido na fonte.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
Prumo Logística	160.225.386	60,00	160.225.386	60,00
Açu Petróleo Investimentos	53.408.462	20,00	53.408.462	20,00
Oiltanking	53.408.462	20,00	53.408.462	20,00
	267.042.310	100,00	267.042.310	100,00

Em 2019, a administração da Companhia reduziu seu capital social de R\$ 249.262 para R\$ 199.262, representando uma redução efetiva no valor de R\$ 50.000, em moeda corrente nacional, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia.

Em dezembro de 2018, a Companhia reduziu seu capital social de R\$349.262 para R\$249.262, representando uma redução efetiva no valor de R\$100.000, em moeda corrente nacional, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia. O objetivo das transações supracitadas foi de ajustar a estrutura de capital da Companhia a uma estrutura mais adequada e de acordo com os objetivos dos acionistas.

b. Reserva de capital

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital compõe-se de reserva de ágio na subscrição de ações. Mediante a deliberação da assembleia de acionistas, os valores podem ser destinados ao aumento de capital social, podendo eventualmente ter outra destinação como compensação de prejuízo ou mesmo distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a reserva de capital é de R\$ 929.451.

c. Reserva de Lucros

Com base na regra de compensação mencionada anteriormente, a Companhia absorveu o prejuízo com reserva de lucros. A destinação do resultado do exercício de 2016, após a destinação obrigatória para a reserva legal, para constituição de reserva de lucros de R\$ 106.592.

Com base na regra mencionada acima, a Companhia absorveu o prejuízo com uma reserva de lucros de R\$ 76.621 em 2018 e, em 2019, o montante de R\$ 4.153 da reserva de lucros foi completamente consumido.

d. Reserva legal

A reserva legal é instituída pela Lei das Sociedades Anônimas e constituída anualmente. Este recurso tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social da companhia e somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital. Maiores informações sobre a destinação das reservas e do lucro do exercício podem ser observadas na nota abaixo.

O saldo então existente, apurado com base no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi compensado integralmente com os prejuízos de 2018.

e. Distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a destinação do lucro líquido do exercício em caso de resultados positivos, com destinação de 5% do lucro líquido do exercício (após a compensação de prejuízos acumulados) e não poderá exceder a 20% do capital social ou 30% no somatório da reserva legal e reservas de capital.

Após feitas as devidas destinações das reservas supracitadas, as seguintes deduções serão realizados: (i) a quantia necessária para arcar com as despesas de capital (*capital expenditure*) e custos relacionados (*Operational Expenditure*, ou seja, de manutenção para as despesas de *capital expenditure*) por um período de 90 dias, será destinada à reserva especial para investimentos futuros, (ii) a quantia equivalente em Reais a US\$ 3 milhões, necessária ao pagamento dos custos operacionais (de acordo com as naturezas da nota 19) da Companhia e SG&A (*Selling, General & Administrative Expense*, ou seja, despesas administrativas gerais de acordo com as naturezas apresentadas da nota 20), será destinada a reserva de capital mínimo.

Além do disposto no Estatuto Social, a Companhia possui as seguintes restrições à distribuição de dividendos previstas no Contrato de Financiamento com a US. International Development Finance Corporation (“DFC”), as quais permanecerão vigentes até o cumprimento integral das obrigações previstas no Contrato de Financiamento:

- A projeção do índice DCSR (Debit Service Cover Ratio - DSCR), conforme mencionado na Nota 14, não seja menor que 1,3 até o vencimento da primeira “tranche” (31 de outubro de 2035).
- Nenhuma inadimplência ou evento de inadimplência conforme definido no Contrato de Financiamento deverá ter ocorrido, continuar ocorrendo, ou ocorrerá como resultado de tal distribuição do dividendo.
- Qualquer valor recebido da Shell pela Companhia que seja superior ao valor devido conforme o *annual true-up*, determinado no contrato entre as partes, seja devidamente compensado
- Índice histórico de Cobertura do Serviço da Dívida (*Debit Service Cover Ratio – DSCR*, conforme descrito na nota explicativa 14), não inferior a 1,3.
- Os fundos em depósito vinculados ao contrato de financiamento, são iguais aos requerimentos de reserva da tarifa portuária, conforme podem ser observados nas notas 6 e 14.

Caso existente, 100% do lucro líquido remanescente do exercício, será anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

f. Ajuste acumulado de conversão

O montante de ajuste acumulado de conversão refere-se às variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (dólar americano) para a moeda de apresentação (real).

Como os itens do ativo e do passivo são convertidos pela mesma taxa, a taxa corrente, e os itens do patrimônio líquido são inicialmente convertidos por outras taxas (históricas), diferentes da taxa corrente; surgem diferenças resultantes destes dois critérios, que são representadas em conta específica no patrimônio líquido, denominada Ajuste Acumulado de Conversão, que compõe os Outros Resultados Abrangentes.

18 Receita líquida de serviços

Os principais contratos da Companhia estão relacionados aos serviços de *double banking transshipment*. Todos os clientes da Companhia são nacionais.

A variação positiva nas receita de serviços de *double banking transshipment* em relação ao ano de 2018 refere-se ao (i) aumento no número de operações realizadas com o cliente Galp e (II) início das operações com o cliente Petrobras.

	2019	2018
Receita de serviços de <i>double banking transshipment</i>	266.771	178.294
Impostos sobre serviços prestados (PIS/COFINS/ISS)	(30.248)	(20.058)
Receita líquida	<u>236.523</u>	<u>158.236</u>

19 Custos dos serviços prestados

	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018
Custo de pessoal (a)	(1.330)	(127)
Serviços de terceiros	(6.440)	(5.653)
Vigilância e segurança	(1.618)	(2.063)
Alugueis e arrendamentos	(1.220)	(1.186)
Depreciações e amortização	(76.944)	(64.290)
Seguros diversos	(2.676)	(2.448)
Serviços portuários	(79.889)	(41.887)
Tributos e taxas	(1.448)	(901)
Materiais de apoio	(182)	(206)
	<u>(171.747)</u>	<u>(118.761)</u>

(a) Em 2018 a Açu Petróleo utilizava operacionalmente o time da “Prumo” e o pagamento era feito via “*time-sheet*”, na conta de “serviços portuários”. Para 2019, a Companhia realizou contratações para as áreas operacionais ou absorveu profissionais que anteriormente eram da Prumo, mas passaram a ser funcionários da Açu Petróleo.

20 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Salários e encargos	(13.752)	(11.283)
Serviços de terceiros	(2.762)	(3.584)
Aluguéis e arrendamentos	(556)	(377)
Representações e eventos	(91)	(106)
Materiais de consumo	(63)	(84)
Viagens e estadias	(213)	(309)
Licença de software	(304)	(239)
Depreciação e amortização	(738)	(1.928)
Impostos e taxas	(31)	(64)
Outras despesas	(580)	(566)
Custos compartilhados	(2.715)	(2.374)
	<u>(21.805)</u>	<u>(20.914)</u>

21 Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.660	4.418
Juros ativos	852	1.201
Multas e juros	1.638	-
Variação cambial	23	22
	<u>5.173</u>	<u>5.641</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimo	(26.469)	(20.224)
Despesas bancárias	(245)	(303)
IOF	(359)	(494)
Multa e juros	(35)	(92)
Comissões e corretagens	(5.693)	(5.495)
Custos sobre empréstimos	(5.455)	(4.452)
Perdas em investimento de renda variável	(2.557)	-
Juros sobre arrendamento	(63)	-
Variação cambial	(5.609)	(12.325)
	<u>(46.485)</u>	<u>(43.385)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(41.312)</u>	<u>(37.744)</u>

22 Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. O resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico pela inexistência de efeitos potencialmente dilutivos nos períodos apresentados. Também não houve alteração na quantidade de ações em circulação nos exercícios.

	2019	2018
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	(14.616)	(81.973)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação no exercício	267.042.310	267.042.310
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	<u>(0,0547)</u>	<u>(0,3070)</u>

23 Compromissos assumidos

A Companhia assumiu compromissos de compras futuras no valor de R\$131.512 (R\$58.702 em 31 de dezembro de 2018), que deverão ser cumpridos na continuidade das atividades da Companhia. Os compromissos estão segregados por moeda de acordo com a tabela a seguir:

Compromissos 2019:

	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2025	Total
Reais							
Administrativo	8.434	4.694	564	155	155	1.864	15.866
Comercial	492	-	-	-	-	-	492
Jurídico	30	17	-	-	-	-	47
Operacional (a)	74.493	4.964	2.533	1.648	1.648	26.205	111.491
	<u>83.449</u>	<u>9.675</u>	<u>3.097</u>	<u>1.803</u>	<u>1.803</u>	<u>28.069</u>	<u>127.896</u>
Dólar							
Administrativo	313	155	155	155	155	1.701	2.634
Comercial	284	9	9	9	9	95	415
Euro							
Administrativo	567	-	-	-	-	-	567
	<u>1.164</u>	<u>164</u>	<u>164</u>	<u>164</u>	<u>164</u>	<u>1.796</u>	<u>3.616</u>
Total	<u>84.613</u>	<u>9.839</u>	<u>3.261</u>	<u>1.967</u>	<u>1.967</u>	<u>29.865</u>	<u>131.512</u>

(a) Dos contratos operacionais, R\$ 62.704 representam compromissos assumidos com a parte relacionada “Ferroport”, referente as tarifas portuárias.

Compromissos 2018:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Reais							
Administrativo	7.737	2.618	2.250	153	147	1.907	14.812
Comercial	16	-	-	-	-	-	16
Jurídico	1.098	50	14	-	-	-	1.162
Operacional	29.181	3.974	1.315	288	217	3.687	38.662
	<u>38.032</u>	<u>6.642</u>	<u>3.579</u>	<u>441</u>	<u>364</u>	<u>5.594</u>	<u>54.652</u>
Dólar							
Administrativo	986	148	148	148	148	1.775	3.353
Comercial	8	8	8	8	8	94	134
Euro							
Administrativo	563	-	-	-	-	-	563
	<u>1.557</u>	<u>156</u>	<u>156</u>	<u>156</u>	<u>156</u>	<u>1.869</u>	<u>4.050</u>
Total	<u>39.589</u>	<u>6.798</u>	<u>3.735</u>	<u>597</u>	<u>520</u>	<u>7.463</u>	<u>58.072</u>

De acordo com os requerimentos de divulgação do IAS 16/CPC 27 - Ativo imobilizado, destaca-se na tabela abaixo os valores de compromissos assumidos referentes a ativos imobilizados:

	2020	2021	2022	Total
Reais				
Administrativo	2.050	1.747	255	4.052
Operacional	1.916	-	-	1.916
	<u>3.966</u>	<u>1.747</u>	<u>255</u>	<u>5.968</u>
	2020	Total		
Euro				
Administrativo	<u>567</u>	<u>567</u>		
	<u>567</u>	<u>567</u>		

Ressalta-se que a tabela de compromissos assumidos já contempla os valores de compromissos assumidos de imobilizado apresentados acima.

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio.

Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retorno sobre capital no planejamento plurianual.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e as respectivas classificações dos instrumentos financeiros:

	2019			2018		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	5.427	-	-	53.218	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	68.912	-	-	-
Depósitos vinculados	46.616	-	-	43.211	-	-
Clientes	43.389	-	-	34.539	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	-	15.118	-	-
Outros ativos circulantes	375	-	-	97	-	-
	95.807	-	68.912	146.183	-	-
Passivos						
Fornecedores	11.382	-	-	5.767	-	-
Empréstimos e financiamentos	389.726	-	-	399.170	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	14.234	-	-	10.041	-	-
Passivo de arrendamento	1.933	-	-	0	-	-
Outros passivos circulantes	176	-	-	176	-	-
	417.451	-	-	415.154	-	-

Valor justo

A Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil para as contas de equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber, empréstimos e financiamentos de longo e de curto prazo. O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo, conforme seguem as definições.

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram observados apenas instrumentos financeiros classificados como Nível 2 e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, apenas para referência, são de R\$ 389.726 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 399.170 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor consiste em empréstimo com a U.S. International Development Finance Corporation, e por ser um mercado exclusivo, é considerado como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, é considerado como valor justo o valor contábil.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detinha contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. A Companhia não identificou exposição relevante em relação a este item, porém, há o gerenciamento de risco de mercado, que consiste em gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

Risco de crédito

A Companhia aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ela considera serem capazes de prever o risco de perda e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplimento, sendo consistente com as definições de classificação de crédito externas.

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizados no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Abaixo estão relacionados os instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito:

Ativos financeiros	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5.427	53.218
Títulos e valores mobiliários	68.912	-
Depósitos vinculados	46.616	43.211
Clientes	43.389	34.539
Contas a receber com partes relacionadas	-	15.118
Outros ativos circulantes	375	97

Os valores de perda de crédito esperado referente aos instrumentos financeiros supracitados, podem ser observados nas notas explicativas 4, 6 e 7.

O risco de crédito nos recebíveis geralmente não é diversificado devido ao número limitado de clientes com os quais a Companhia trabalha. Devido às operações da Companhia, a concentração das receitas também é variável na data de cada balanço. A tabela a seguir representa uma composição das concentrações em relação ao total da receita na data de cada balanço:

Percentual da receita:	2019	2018
Shell	56%	77%
Galp	21%	23%
Petrobras	21%	-

Risco cambial

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Nesse sentido, o endividamento refere-se ao empréstimo, em dólares norte-americanos refere-se ao empréstimo com a U.S. International Development Finance Corporation (DFC). O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida vem das operações da Companhia, cuja receita está atrelada ao dólar norte-americano, sendo a tarifa de movimentação de petróleo em vigor corrigida anualmente pelo índice de inflação norte-americano PPI e pelo IPCA. Parte dos resultados operacionais estão suscetíveis ao risco de variação cambial. Tendo em vista que os passivos estão em Real e a moeda funcional da Companhia é Dólar. A apreciação do real frente ao dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa da Açu Petróleo. Com relação ao endividamento, a administração da Companhia entende que o fato de o serviço da dívida e a receita da Açu Petróleo estarem atrelados à mesma moeda resulta em um *hedge* natural para essa exposição.

Como a moeda funcional da Açu Petróleo é o dólar norte-americano, que é diferente da moeda onde a Açu Petróleo está estabelecida, que é o Real, uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real frente ao Dólar norte-americano teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado da Companhia.

Esta análise de risco para a flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia, considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar passivos e posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2019:

Passivos financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	11.382	-	-	-	-	11.382
Empréstimos e financiamentos	28.285	27.801	54.381	165.037	299.722	575.225
Passivo de Arrendamento	240	246	505	1.446	-	2.437
Outros passivos circulantes	-	176	-	-	-	176
Total por faixa de vencimento	39.906	28.223	54.886	166.483	299.722	589.220

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018:

Passivos financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	5.767	-	-	-	-	5.767
Empréstimos e financiamentos	26.852	26.425	53.916	157.810	341.251	606.254
Contas a pagar com partes relacionadas	10.041	-	-	-	-	10.041
Outros passivos circulantes	-	176	-	-	-	176
Total por faixa de vencimento	42.660	26.601	53.916	157.809	341.251	622.238

Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros

A Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) /IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, conforme abaixo. Como a moeda funcional da Companhia é o dólar, esta exposição se dá nesta moeda funcional, sendo os valores expostos em reais da tabela abaixo se tratam dos valores em dólares reconvertidos para a moeda de apresentação.

(em milhares, nas moedas indicadas)		Valores expostos em 31/12/2019 – R\$	Cenário provável (i)	Cenário +25% (ii)	Cenário +50% (iii)	Cenário -25% (iv)	Cenário -50% (v)
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	R\$	5.427	US\$ (303) R\$ (1.574)	US\$ (269) R\$ (1.357)	US\$ (449) R\$ (2.714)	US\$ 449 R\$ 1.357	US\$ 1.346 R\$ 2.714
Clientes	R\$	43.389	US\$ (2.421) R\$ (12.587)	US\$ (2.153) R\$ (10.847)	US\$ (3.588) R\$ (21.695)	US\$ 3.588 R\$ 10.847	US\$ 10.765 R\$ 21.695
Outros ativos	R\$	709	US\$ (40) R\$ (206)	US\$ (35) R\$ (177)	US\$ (59) R\$ (355)	US\$ 59 R\$ 177	US\$ 176 R\$ 355
Total		49.525	US\$ (2.763) R\$ (14.367)	US\$ (2.457) R\$ (12.381)	US\$ (4.096) R\$ (24.763)	US\$ 4.096 R\$ 12.381	US\$ 12.287 R\$ 24.763
Passivos							
Fornecedores	R\$	11.382	US\$ (635)	US\$ (565)	US\$ (941)	US\$ 941	US\$ 2.824

			R\$ (3.302)	R\$ (2.846)	R\$ (5.691)	R\$ 2.846	R\$ 5.691
Outras contas a pagar com partes relacionadas	R\$	14.234	US\$ (794)	US\$ (706)	US\$ (1.177)	US\$ 1.177	US\$ 3.531
			R\$ (4.129)	R\$ (3.559)	R\$ (7.117)	R\$ 3.559	R\$ 7.117
Passivo de arrendamento	R\$	1.933	US\$ (108) R\$ (561)	US\$ (96) R\$ (483)	US\$ (160) R\$ (967)	US\$ 160 R\$ 483	US\$ 480 R\$ 967
Outros passivos circulantes	R\$	176	US\$ (10) R\$ (51)	US\$ (9) R\$ (44)	US\$ (15) R\$ (88)	US\$ 15 R\$ 44	US\$ 44 R\$ 88
Total		27.725	US\$ (1.547) R\$ (8.043)	US\$ (1.376) R\$ (6.931)	US\$ (2.293) R\$ (13.863)	US\$ 2.293 R\$ 6.931	US\$ 6.878 R\$ 13.863
Exposição líquida		21.800	US\$ (1.216) R\$ (6.324)	US\$ (1.082) R\$ (5.450)	US\$ (1.803) R\$ (10.900)	US\$ 1.803 R\$ 5.450	US\$ 5.408 R\$ 10.900
Premissas adotadas:							
Cotação do dólar americano		4,0307	5,2000	5,0384	6,0461	3,0230	2,0154

- (i) O cenário provável considera a expectativa do mercado para a cotação em 31 de dezembro de 2020, conforme relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de junho de 2020.
- (ii) Aumento de 25% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2019.
- (iii) Aumento de 50% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2019.
- (iv) Diminuição de 25% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2019.
- (v) Diminuição de 50% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2019.

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratação de seguros para seus ativos, lucros cessantes e riscos de possíveis danos causados a terceiros em decorrência de suas operações, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras Companhias de dimensão semelhante operando no setor.

	2019	2018
Riscos operacionais		
Danos materiais	426.968	346.434
Responsabilidade Civil	746.002	651.641
Lucros Cessantes	197.569	160.304
Risco de dano ao meio ambiente.	162.909	162.908

26 Eventos subsequentes

COVID-19 e impactos para a Açu Petróleo S.A.

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto de coronavírus (COVID-19) se caracteriza como uma pandemia. As decisões desencadeadas aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração implementou medidas de medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Criação de um Comitê de Crises;
- Reuniões virtuais, suspensão de eventos e viagens;
- Implementação de *home office* para colaboradores dos escritórios sempre que possível; e
- No porto, nenhum navio é autorizado pela agência reguladora do Ministério da Saúde a atracar até que o relatório do comandante sobre as condições sanitárias da embarcação e tripulação seja aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Considerando a situação atual da disseminação do surto e, em consonância com as orientações publicadas no alerta do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 09 de março de 2020, e no Ofício-Circular n.º 02/2020 da CVM sobre os efeitos do corona vírus nas Demonstrações Financeiras, a Companhia procedeu análise de risco para identificar eventuais impactos do COVID-19 sobre estas demonstrações financeiras.

No cenário atual, não houveram quebras contratuais ou interrupções nas operações, considerando que a Companhia realiza uma atividade considerada essencial. Da mesma forma, não foram observadas interrupções na cadeia de suprimentos, pois os fornecedores da Companhia prestam serviços essenciais e continuaram a operar e prestar serviços para a Companhia. Os clientes da Companhia continuaram a operar e não foram recebidos avisos de quebras contratuais por força maior ou alterações nos termos dos contratos de serviços de “*double banking*” existentes. A Companhia não prevê a incapacidade de pagar aos credores nas datas de vencimento de cada título ou incapacidade de cumprir os termos contratuais do empréstimo com a DFC.

Não houve um número significativo de funcionários diagnosticados com COVID-19 e o trabalho remoto não impactou significativamente nossas operações, incluindo o uso de sistemas de relatórios financeiros, não impactando significativamente o ambiente de controle interno. Não foram incorridas, e não são esperados incorrer no futuro, despesas significativas relacionadas à continuidade dos negócios.

A extensão do impacto que o COVID-19 pode ter nas operações da Companhia, liquidez, condição financeira e resultados das operações dependerá de desenvolvimentos futuros e inúmeros fatores em evolução que não podem ser previstos, incluindo, mas não se limitando, a duração e a disseminação da pandemia, incluindo uma “segunda onda” de infecção, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto, a duração, tempo e gravidade do impacto nos mercados financeiros globais e na indústria de petróleo e gás globais, e na condição da economia brasileira. Não é possível prever razoavelmente quando, ou em que medida, a demanda por produtos à base de petróleo, os mercados globais e a economia global se estabilizarão, e o ritmo de qualquer recuperação subsequente para a indústria de petróleo e gás.

Reestruturação de capital

Em 8 de maio de 2020, a Companhia aumentou o capital social no valor de R\$ 900.000, com utilização de saldo da reserva de capital, com emissão de novas ações e mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia.

Em 31 de julho de 2020, os acionistas da Companhia decidiram ajustar a estrutura de capital da Companhia e aprovaram uma redução de capital no valor de R\$ 511.000. A ata da assembleia geral foi publicada em 31 de julho de 2020, e a redução ocorreu no mesmo dia, reduzindo assim o capital social da Companhia de R\$ 1.099.262 em 30 de junho de 2020, para R\$ 588.262 em 31 de julho de 2020.

O objetivo das transações supracitada foi ajustar a estrutura de capital da Companhia a uma estrutura mais adequada e de acordo com os objetivos dos acionistas.

Acordo de arbitragem

Em 2017, a Açu Petróleo entrou com uma ação arbitral contra a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell"), no âmbito de uma disputa contratual que havia surgido entre as partes no âmbito do contrato de serviços de transferência de petróleo, envolvendo a implantação de operações de transbordo com embarcações VLCC. Durante o processo de arbitragem, a Shell continuou a operar regularmente no terminal petrolífero da Açu Petróleo com embarcações Suezmax, de acordo com os termos e condições do contrato. Em maio de 2020, as partes chegaram a um acordo para encerrar a disputa e encerrar definitivamente a arbitragem, o que permitiu à Shell iniciar as operações da VLCC no terminal. A conclusão do processo arbitral não gerou direitos ou obrigações adicionais para a Açu Petróleo S.A.

Início de operação noturna em junho 2020

Em 15 de junho de 2020 a Companhia realizou sua primeira manobra de entrada noturna com navios de petróleo, a manobra realizada foi de um navio Suezmax, aumentando ainda mais a disponibilidade do terminal da Companhia.

Captação de financiamento

Em junho de 2020, a Companhia obteve a liberação de US\$ 145 milhões de sua linha de crédito com a U.S. International Development Finance Corporation (DFC), com vencimento em outubro de 2035 e taxa de juros de 4,62% ao ano, a serem pagos em parcelas semestrais. Com essa nova captação, a Companhia totalizou US\$ 260 milhões de saque do valor de até US\$ 350 milhões. Esta linha de crédito tem o objetivo de equilibrar a estrutura de capital da Companhia.

Composição do Conselho de Administração

Carlos Tadeu da Costa Fraga
Presidente

Flavio Bernardo Luna do Valle
Conselheiro Efetivo

Eugenio Leite de Figueiredo
Conselheiro Efetivo

Eduardo Quartarone Campos
Conselheiro Efetivo

Holger Cristian Donath
Conselheiro Efetivo

Henrique Gonzalez Garcia Filho
Conselheiro Suplente

Dario Di Luca
Conselheiro Suplente

Composição da Diretoria

Victor Jorge Snabaitis Bomfim
Diretor Presidente

Nicholas John Burridge
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Pereira Goulart
Diretor Comercial

Alfredo Nilton Lafuente Covarrubias
Diretor de Engenharia, Manutenção e Operação

Mariana Begossi
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 094602/O